



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1789577 - DF (2020/0302385-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA**
ADVOGADOS : **JACQUES ANTUNES SOARES - RS075751**
 JÚLIA KULMANN DE AZEVEDO - RS113493
AGRAVADO : **REGINALDO ALVINO DOS SANTOS**
ADVOGADO : **SARA EMANUELLE SOUZA CORECHA ALMEIDA - DF038263**

DECISÃO

Cuida-se de Agravo em Recurso Especial, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto por MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A, em face de decisão denegatória de seguimento de recurso especial que interpôs.

A parte recorrente objetiva a reforma da decisão que concluiu que o adquirente de bem imóvel sujeito à propaganda enganosa, ao não recebê-lo, é, de fato, o sujeito prejudicado pela referida propaganda enganosa.

No julgamento do agravo de instrumento interposto, assim se pronunciou o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (fls. 63-69):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. CONSUMIDOR. PRELIMINARES.NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. CERCEAMENTO DE DEFESA.REJEITADAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PREJUÍZOS E DANOS MORAIS DECORRENTES DEPROPAGANDA ENGANOSA. ILEGITIMIDADE ATIVA. FAMÍLIA PREJUDICADA. ADQUIRENTE SUJEITO À PROPAGANDA ENGANOSA. EFICÁCIA PRECLUSIVA DACOISA JULGADA. AÇÕES COM PEDIDO DIVERSO. INOCORRÊNCIA.

Demonstrado o rechaço da totalidade de teses postas em juízo não há que se falar em ausência de fundamentação. Inexiste nulidade por cerceamento de defesa quando, em razão da dinâmica dos fatos e da plena instrução da lide, mostra-se desnecessária a prova testemunhal requerida.

Estabelecido o conceito de “família prejudicada” em sentença em ação civil pública condenatória à indenização por prejuízos e danos morais decorrentes de propaganda enganosa, tal conceito há de conferir legitimidade ativa aos adquirentes de unidade habitacional sujeitos à referida propaganda enganosa.

Não há que se falar em eficácia preclusiva da coisa julgada quando as ações lastreadas tem pedidos diferentes entre si.

Preliminares rejeitadas. Agravo de instrumento não provido. Agravo interno prejudicado.

Os embargos de declaração apresentados foram rejeitados, o que ensejou a interposição de recurso especial, cujo juízo de admissibilidade foi negativo, o que levou à apresentação do presente agravo em recurso especial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

No caso em epígrafe, as instâncias originárias, mediante análise do conjunto fático-probatório dos autos, chegaram à conclusão de que não possui razão a parte adversa com relação aos questionamentos sobre o impacto da propaganda enganosa ao adquirente do imóvel.

Outrossim, vislumbra-se a probabilidade de confirmação da negativa de seguimento do recurso especial diante da fundamentação apresentada pelo Tribunal a quo no sentido de que (fls. 129-130):

O recurso especial não merece ser admitido quanto à mencionada contrariedade aos artigos 489 e 1.022, ambos do Código de Processo Civil, porque, de acordo com o entendimento jurisprudencial pacífico da Corte Superior, "Inexiste afronta aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo. O julgamento da causa em sentido contrário aos interesses e à pretensão de uma das partes não caracteriza negativa de prestação jurisdicional." (AgInt no AREsp 1617329/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 1º/7/2020).

Em relação ao pretendido efeito suspensivo, do qual o recurso especial é, por lei, desprovido (CPC, artigo 995, caput e parágrafo único), para sua concessão exige-se "a presença concomitante dos requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora: o primeiro relativo à plausibilidade, aferida em juízo sumário, da pretensão recursal veiculada no apelo extremo (sua probabilidade de êxito) e o segundo consubstanciado no risco de dano irreparável que, em uma análise objetiva, revele-se concreto e real" (AgInt nos EDcl na Pet 12.359/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 18/2/2019). No mesmo sentido é o AgInt na TutPrv no REsp 1801963/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe 26/9/2019.

Desta feita, uma vez admitida a competência desta Presidência para sua apreciação (CPC, artigo 1.029, § 5º, inciso III, e/e enunciados de Súmula 634 e 635, ambos do Supremo Tribunal Federal), constata-se que, pelas razões

acima encartadas, o recurso especial sequer ultrapassa o juízo de prelibação exercitado por este Tribunal de origem, revelando-se, assim, patente a ausência do requisito do fumus boni iuris.

Ocorre que, não obstante a fundamentação sustentada pela requerente, o fato é que seu exame encontra-se atrelado ao próprio mérito do agravo em recurso especial, e, diante da natureza satisfativa do pleito, sua análise pormenorizada compete ao colegiado, não sendo, pois, passível de exame/concessão em sede de cognição sumária.

Na espécie, a parte requerente deixou de demonstrar o *periculum in mora*, não tendo desenvolvido nenhuma argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de concessão do efeito suspensivo ao recurso interposto, que justifique a atuação em regime de plantão.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte precedente jurisprudencial:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TUTELA DE URGÊNCIA - PRETENSÃO VOLTADA À ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM, A SER REMETIDO A ESTA CORTE NA FORMA DE ARES - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A TUTELA PROVISÓRIA - AUSENTES OS REQUISITOS DO FUMUS BONI JURIS E DECISÃO TERATOLÓGICA OU CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE - FORTE PROBABILIDADE DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS REQUERENTES.

1. A concessão da medida cautelar para conferir efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem é excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora.

2. A probabilidade de negativa de seguimento do recurso especial demonstra a ausência do fumus boni iuris, requisito imprescindível ao deferimento da tutela de urgência.

3. Não se tratando de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência desta Corte, bem assim ausente a demonstração da plausibilidade do direito invocado, requisito imprescindível ao cabimento da pretensão cautelar, impõe-se o seu indeferimento.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl na Pet 11773/SP, Relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 17/08/2017, grifo meu).

Ante o exposto, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial.

Distribua-se o processo ao Relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência